

A juvenilização como fenômeno no contexto da escola municipal José Ramos Torres de Melo

The juvenilization as a phenomenon in the context of the José Ramos Torres de Melo municipal school

DOI:10.34117/bjdv8n3-321

Recebimento dos originais: 14/02/2022

Aceitação para publicação: 24/03/2022

Élida Maria Miranda Linhares

Doutoranda em Ciências da Educação

Instituição: Universidad Del Sol – PY

Endereço: 14 De Mayo 462, Asunción, Paraguai

E-mail: elidammlinhares@gmail.com

Marcel Pereira Pordeus

Mestre em Planejamento e Políticas Públicas

Instituição: Universidade Estadual do Ceará

Endereço: Av. Dr. Silas Munguba, 1700 - Itaperi, Fortaleza - CE, CEP: 60714-903

E-mail: marcel.pordeus@aluno.uece.br

RESUMO

O presente artigo é um recorte da minha dissertação com a temática da juvenilização como fenômeno no contexto escolar. Para tanto, pretende-se abordar a discussão sobre o fenômeno da juvenilização que vem ocorrendo na Educação de Jovens e Adultos – EJA, na escola municipal José Ramos Torres de Melo, localizada na cidade de Fortaleza. A inquietação sobre esse assunto trouxe algumas reflexões sobre o modelo de ensino que está sendo oferecido na rede municipal de ensino, visto que está excluindo uma parcela da população de adolescentes do sistema regular de ensino. Esse acontecimento está trazendo novos desafios para a EJA, tanto para o planejamento do professor, o qual deve corresponder a um público cada vez mais diversificado no plano étário, cultural, expectativa de vida e objetivos escolares, como para a identidade original da EJA, que era a democratização das oportunidades formativas para trabalhadores adultos, pois atualmente está sendo visto pelo público jovem como um processo de aceleração de estudo e regularização do fluxo escolar. Analisou-se o aspecto histórico da educação de Jovens e Adultos fazendo um levantamento da origem da educação de adultos, desde período dos Jesuítas até os dias atuais, o que refletiu sobre as experiências e desafios na Educação de Jovens e Adultos diante do fenômeno que está acontecendo em todo Brasil, que é a Juvenilização, e, por fim, buscou-se uma alternativa como opção de solução da migração dos jovens do turno diurno para o turno noturno por meio do projeto piloto EJA diurno. A pesquisa ora apresentada foi desenvolvida a partir de um percurso metodológico embasado nas leituras de obras de autores selecionados, o qual fomentaram a construção dos argumentos, interpretações e os conceitos deste trabalho. Assim, a atividade de pesquisa de campo realizada com os sujeitos, no caso aqui, alunos da EJA da Escola Municipal José Ramos Torres de Melo do sistema municipal de ensino de Fortaleza que frequentam as turmas da EJA III, EJA IV e EJA V, por fim, esta pesquisa teve um caráter qualitativo quando pretendeu utilizar o estudo de caso como procedimento metodológico,

ao analisar o conteúdo de entrevista utilizado semiestruturado por meio de questionário com os estudantes da modalidade EJA da escola municipal José Ramos Torres de Melo.

Palavras-chave: eja, educação de jovens e adultos, jovens e juvenilização.

ABSTRACT

The present article is a section of my dissertation on the theme of juvenilization as a phenomenon in the school context. The purpose is to discuss the phenomenon of juvenilization that has been occurring in Youth and Adult Education - YAE, in the José Ramos Torres de Melo Municipal School, located in the city of Fortaleza. The concern about this issue brought about some reflections about the teaching model that is being offered in the municipal school system, since it is excluding a part of the adolescent population from the regular school system. This event is bringing new challenges for EJA, both for the teacher's planning, which must correspond to an increasingly diverse public in terms of age, culture, life expectancy and school objectives, and for the original identity of EJA, which was the democratization of training opportunities for adult workers, since it is currently being seen by the young public as a process of study acceleration and regularization of the school flow. The historical aspect of Youth and Adult Education was analyzed by researching the origin of adult education, from the Jesuit period to the present day, which reflected on the experiences and challenges in Youth and Adult Education in face of the phenomenon that is happening all over Brazil, which is Juvenilization. Finally, an alternative was sought as a solution to the migration of young people from the day shift to the night shift through the pilot project Daytime EJA. The research presented here was developed from a methodological approach based on readings of works by selected authors, which fostered the construction of the arguments, interpretations, and concepts of this work. Thus, the field research activity carried out with the subjects, in this case, EJA students from Escola Municipal José Ramos Torres de Melo of the municipal education system of Fortaleza who attend EJA III, EJA IV and EJA V classes, finally, this research had a qualitative character when it intended to use the case study as a methodological procedure, by analyzing the content of the interview used semistructured by means of a questionnaire with the students of EJA modality from Escola Municipal José Ramos Torres de Melo.

Keywords: eja, youth and adult education, youth and juvenilization.

1 INTRODUÇÃO

O presente recorte da minha dissertação de mestrado, apresenta a finalidade de explicar o fenômeno da juvenilização que vem ocorrendo na modalidade da Educação de Jovens e Adultos – EJA, tema que vem recentemente sendo abordado por diversos pesquisadores da área na última década, e em particular na Escola Municipal José Ramos Torres de Melo, localizada na cidade de Fortaleza, onde realizamos uma pesquisa de campo. Por entender que nos últimos anos a presença de cada vez mais jovens frequentando o turno noturno vem sendo recorrente, fazendo acreditar que o processo de escolarização no sistema regular está sendo deficitário, pois esses alunos que se

encontram nas salas de aula do turno noturno não tiveram a oportunidade de se alfabetizar, quiçá concluir o Ensino Fundamental.

A inquietação sobre esse assunto trouxe algumas reflexões sobre o modelo de ensino que está sendo oferecido na Rede Municipal de Ensino de Fortaleza, visto que está excluindo uma parcela da população de adolescentes do sistema regular de ensino, que estão chegando na modalidade da EJA com uma aprendizagem insuficiente para participarem plenamente da vida econômica, política e cultural da cidade de Fortaleza, mas objetivam um certificado de conclusão de curso de forma célere.

Algumas questões são tecidas para apurar o zelo pela pesquisa, a qual foi despertada da seguinte forma: quem são os sujeitos-jovens estudantes? Suas origens e como chegam à EJA? Como os sujeitos-jovens vivenciam suas experiências educativas no âmbito escolar e no seu entorno? Diante de várias questões e possibilidades, apresenta-se a hipótese relacionada à aprendizagem e as experiências empreendidas pelos jovens que fazem parte do quadro de alunos da EJA na escola José Ramos Torres de Melo.

Por se tratar de um grupo de jovens que muitas vezes querem chamar atenção, e são vistos na escola como alunos desinteressados e problemáticos, tanto pelos colegas de sala como pelos próprios professores e o grupo gestor, acredita-se que estes jovens estão no ambiente escolar apenas para concluir de forma “fácil” os estudos, fato que é preocupante.

Quando se faz uma pequena investigação, observa-se que muitos alunos matriculados na EJA são alunos da própria escola, e que não conseguiram concluir o Ensino Fundamental, esse público jovem apresenta uma característica em comum, o precário domínio da leitura, interpretação de texto, escrita e do cálculo, contudo, tendo o potencial de aprendizagem, pois não apresentam dificuldades cognitivas. Com efeito, essa análise preliminar demonstra que o público que vem procurando a EJA não é mais o público que nunca frequentou a escola, como se verifica na análise histórica da EJA, o que nos faz acreditar estar diante de uma nova exclusão educacional provocada pelo modelo de ensino que não está garantindo aprendizagem suficiente para uma parcela de seus alunos.

O público de adultos maduros e idosos não ficou extinto, eles continuam procurando a escola com a perspectiva de integração social, bem diferente dos Jovens que veem a EJA como uma oportunidade de superação das dificuldades por meio da modalidade que permite acelerar e recuperar o tempo perdido. Esse acontecimento está trazendo novos desafios para a EJA, tanto para o planejamento do professor, o qual deve

corresponder o público cada vez mais diversificado no plano etário, cultural, de expectativa de vida e objetivos escolares; como para a identidade original da EJA, que era a democratização das oportunidades formativas para trabalhadores adultos, pois atualmente está sendo visto pelo público jovem como um processo de aceleração de estudo e regularização do fluxo escolar.

A relevância desse trabalho e a construção de um novo olhar para os alunos Jovens da EJA, uma vez que são vistos de forma preconceituosa, rotulados como fracassados e bagunceiros. Dessa forma essa pesquisa pode contribuir para diminuir essa imagem negativa e tornar a EJA uma modalidade mais humana e que não se faça segregação entre os alunos da própria escola.

Nesse contexto investigativo foi traçado o objetivo geral desta pesquisa, em compreender como esses jovens cada vez mais jovens, os quais frequentam a Escola Municipal de Fortaleza José Ramos Torres de Melo, vêm traçando sua trajetória estudantil, provocando, assim, o fenômeno da Juvenilização na Educação de Jovens e Adultos – EJA.

2 ENFOQUE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

No Brasil os registros sobre as atividades educativas voltadas para jovens e adultos estão documentadas desde o Período Colonial, por meio das ações missionárias dos jesuítas, às quais tinham como objetivo evangelizar inicialmente os indígenas e posteriormente os escravos negros.

Essas práticas educativas objetivavam ensinar normas de comportamento, assim como os ofícios para o funcionamento da economia colonial. Com a expulsão dos Jesuítas, as ações educativas para jovens e adultos ficaram suspensas, e só se têm inscrições de novas ações no Período do Império, conforme relata Strelhow (2010, p. 51) no trecho abaixo:

A Companhia Missionária de Jesus, tinha a função básica de catequizar (iniciação à fé) e alfabetizar na língua portuguesa os indígenas que viviam na colônia brasileira. Com a saída dos jesuítas do Brasil em 1759, a educação de adultos entra em colapso e fica sob a responsabilidade do Império a organização e emprego da educação.

Os primeiros registros legais da Educação para Jovens e Adultos, ainda que de modo abrangente, foi com a Constituição brasileira de 1824 (BRASIL, 1824), sobre forte influência Europeia, o que levou a institucionalidade da educação primária e gratuita para

todos os cidadãos, contudo, não tenha passado de uma intenção legal que não saiu das folhas escritas da Carta Magna (BRASIL,1824), mas foi fonte preponderante para as demais constituições brasileiras posteriormente versarem sobre o tema.

A identidade da educação brasileira foi sendo marcada então, pelo elitismo que restringia a educação às classes mais abastadas. As aulas régias (latim, grego, filosofia e retórica), ênfase da política pombalina, eram designadas especificamente aos filhos dos colonizadores portugueses (brancos e masculinos), excluindo-se assim as populações negras e indígenas. Dessa forma, a história da educação brasileira foi sendo demarcada por uma situação peculiar que era o conhecimento formal monopolizado pelas classes dominantes (STRELHOW, 2010, p. 51).

Observa-se que existe uma grande distância entre o que se proclama para o que era realizado, ou seja, o que previa a Constituição e o que de fato ocorria na sociedade. Conforme defendeu Strelhow (2010), a educação sempre foi um privilégio da elite abastada, e a população de modo geral era excluída desse processo. No período do Brasil Império só possuía cidadania uma pequena parcela da população, à qual pertencia a elite econômica, ficando de fora os negros, indígenas e grande parte das mulheres. Ao final do Império, 82% da população com idade superior a cinco anos era analfabeta, como nos revelam Ferraro e Kreidlow (2004):

O primeiro passo é saber qual era a situação no começo, entendendo-se aqui por começo o ano da realização do primeiro Censo brasileiro, em 1872, já em meio à onda que iria derrubar a instituição monárquica no Brasil, como observa Sérgio Buarque de Holanda (1977, p. 7). Nesse ano, a taxa de analfabetismo para o conjunto do País é de 82,3% para as pessoas de 5 anos ou mais (gráfico 2), situação esta que se mantém inalterada pelo menos até o segundo Censo, realizado em 1890 (82,6%), já no início da República (FERRARO; KREIDLOW, 2004, p. 182).

O marco legal da República brasileira consagrada pela Constituição de 1891 (BRASIL, 1891) teve grandes preocupações com a situação precária do ensino básico, contudo, a educação de jovens e adultos nesse período não se distinguia como fonte de um pensamento pedagógico ou de políticas públicas educacionais específicas. E mesmo que a República assumisse uma presença maior de Jovens e adultos no ensino secundário e superior, ainda existia uma exclusão social ao direito a educação. E a educação em questão que estava sendo garantida nesse período da Republica, mais uma vez foi para favorecer a formação das elites em detrimento de uma educação para as amplas camadas sociais, marginalizadas igual ao período do Brasil Império.

2.1 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO GOVERNO LULA E SEUS REFLEXOS NA ATUALIDADE

Em 2002, dando início a gestão do governo Lula, trazendo para os brasileiros a esperança de que a EJA pudesse ser valorizada, teve como iniciativa: o Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos (PBA), Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (Projovem), a criação da Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que passou a atender as necessidades da EJA.

Além da permanência de alguns programas como o PRONERA e outras ações que foram desenvolvidas ao longo da gestão, o que foi percebido foram políticas para a Educação de Jovens e Adultos marcadas por fragilidades históricas de um lado, devido à baixa qualidade dos cursos e dos programas oferecidos e falta de investimento do outro. E apesar dos avanços, a gestão do governo Lula não conseguiu romper com as reformas neoliberais do Estado e o modelo de educação que perpassaram por gestões anteriores, as políticas adotadas não conseguiram reverter o cenário de marginalização da EJA:

O governo Lula, marcado pelas contradições e pelas correlações de forças, apesar dos breves avanços na área e de se dizer intencionado a universalizar o direito à educação, devido ao fato de ter dado sequência à mesma política econômica adotada pela gestão anterior, manteve uma perene falta de recursos financeiros para a EJA. Ocorreram avanços no financiamento da EJA no governo Lula, como maior aporte de recursos financeiros em alguns programas. O Pronera, por exemplo, que havia executado, no período de 1998 a 2002, uma média anual de cerca de R\$ 9,2 milhões, teve forte crescimento no governo Lula: de 2003 a 2009 teve médias anuais executadas de R\$ 33,0 milhões (fonte: INCRA). Outra comparação que podemos fazer é entre o Programa Recomeço (gestão FHC) e os recursos do Fundeb com base nas matrículas de EJA: em 2002, a cifra do programa citado foi de aproximadamente R\$ 500 milhões, enquanto, em 2009, o repasse relativo às matrículas de EJA foi cerca de R\$ 4,8 bilhões no fundo (CARVALHO, 2012, p. 11).

Os programas desenvolvidos na gestão do governo Lula não atingiram uma política pública de qualidade social, pois não investiu em infraestrutura adequada e nem de profissionais capacitados com boa remuneração. A inclusão da EJA no Fundeb foi um ponto positivo da gestão do governo Lula, se for levado a discriminação exacerbada que essa modalidade sofreu nos governos anteriores, apesar de apresentar um percentual

máximo de quinze por cento dos recursos para a modalidade de EJA, e fixar o fator ponderação 0,7 para EJA, que é menor dentre todas as etapas e modalidades da educação.

Essas duas medidas foram ações discriminatórias que atribuíram à EJA uma importância menor em relação às demais modalidades de ensino. Quanto ao primeiro questionamento, é forçoso lembrar que o percentual era ainda menor (10%) no período de divulgação da Medida Provisória nº 339/2006. A alegação do governo para a inclusão deste teto no Fundeb consistia em afirmar que, devido à demanda reprimida, havia um receio de que aumentasse consideravelmente as matrículas nessa modalidade, que representavam na época cerca de 9% do total da educação básica. Esse provável crescimento acelerado nas matrículas da EJA sobrecarregaria os recursos totais do fundo, com a consequente queda em seu custo-aluno anual (CARVALHO, 2012, p. 8).

A gestão do governo Lula trouxe importantes resultados sociais no que diz respeito à geração de empregos e ao aumento do salário-mínimo, o que favoreceu principalmente os mais pobres da população brasileira. Quanto às questões educacionais se verificou que as propostas não foram suficientes para erradicar o analfabetismo, e dirimir as desigualdades regionais existentes, apesar do aumento dos investimentos federais na EJA.

O governo Lula teve variações no seu primeiro mandato para o segundo, isso porque houve permanência em políticas adotadas pelo seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso. No primeiro momento e no seu último mandato protagonizou como Estado promotor de políticas para a área de educação, assim se verifica a partir da evolução dos programas. No primeiro ano da gestão do governo Lula, o discurso era de tratar a Educação de Jovens e Adultos com prioridade, fazendo assim que o MEC reassumisse a responsabilidade na área, e, nesse viés, foi criada a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo (SEEA), e a Comissão de Alfabetização (CNA), mais tarde a SEEA se incorpora à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, sob-reivindicações de que a alfabetização fosse integrada a outras políticas de educação básica.

A Criação da SECAD trouxe para a população jovem e adulta a esperança de acesso permanente ao acesso a escola, assim como valorizar a diversidade de sujeitos e experiências que marcam a luta pela EJA no Brasil, considerando pessoas com deficiências, povo quilombolas, indígenas, privados de liberdade, pescadores, dentre outros. A SECAD funcionou em conjunto nas realizações dos programas e com outras secretarias ou ministérios, entretanto, a SECAD não contava com recursos financeiros e

estrutura de um espaço de maior importância pelo MEC, em 2003 a SECAD ficou responsável pelo Programa Brasil Alfabetizado – PBA, ainda no início da gestão do governo Lula.

O Programa Brasil Alfabetizado – PBA, no ano de 2018, constituiu em uma ação descentralizada em que a União suplementa a parte financeira para os estados, entidades privadas sem fins lucrativos e instituições de ensino superior na abertura ou na manutenção de cursos de alfabetização de jovens e adultos. Para o funcionamento do PBA, os entes públicos precisam assinar uma declaração de compromisso e apresentar um plano plurianual de alfabetização para receberem os recursos, já as entidades privadas devem realizar convênio com o FNDE e comprovar experiência em projetos de alfabetização da EJA.

As verbas são para a formação de professores, pagamento de coordenadores e supervisores pedagógicos, aquisição de alimentos para estudantes e a compra de materiais escolares e pedagógicos. O Programa prioriza ações de alfabetização em municípios da região Nordeste na faixa etária de 15 a 29 anos, e o curso tem duração de seis a oito meses de duração, de acordo com a proposta pedagógica dos órgãos que realizam os cursos de alfabetização.

Segundo análise de Carvalho (2011, p. 127) os dados fornecidos pelo Sistema Brasil Alfabetizado – SBA do período de 2003 até 2009 informam que:

Houve um crescimento do investimento nos três primeiros anos, uma drástica entre 2006 e 2007, uma elevação em 2008 e, caso a execução tenha sido cumprida, um novo crescimento no último ano da série. Vale mencionar que houve um aumento no investimento de aproximadamente 27% quando comparado ao executado no PAS em 2002 (R\$ 128 milhões), último ano do governo anterior. Todavia, o valor aplicado em 2003 chega a ser maior do que o previsto para 2009 (repetimos, na ocorrência do que foi planejado). A comparação do início da série com 2008 é ainda mais emblemática: houve uma diminuição dos valores por volta de 50%, em relação ao número de alfabetizando atendidos no PBA, há também uma elevação no período 2003-2005, quedas abruptas em 2007 e 2008 e uma elevação pretendida para 2009. No tocante à quantidade de municípios cobertos pelo programa, destaque-se o arrefecimento ocorrido entre 2006 e 2008, no caso, mais de mil municípios sem cobertura.

O PBA recebe críticas quanto ao conceito restrito de alfabetização, pelo tempo reduzido, pela qualidade e preparo dos professores para o programa, acompanhamento pedagógico, formação continuada, material de qualidade, baixos valores das bolsas pagas

aos alfabetizadores e pela falta de garantia da escolaridade de seus egressos. Todas essas problemáticas apresentadas fizeram com que seus objetivos não fossem atingidos nos programas anteriores, e colocasse em dúvida os programas futuros, como o de eliminar o analfabetismo e de reverter em curto prazo os elevados índices de analfabetismos vigentes no país.

A resposta acerca da “Flexibilização” da exigência quanto à escolaridade dos alfabetizadores por certo revela um aspecto que decorre da negligência governamental citada anteriormente. Defendemos a importância dos educadores populares que, durante a história da EJA, acabaram assumindo salas de aula mesmo sem a escolaridade devida. Mas, se a política pública se preocupasse, de fato, com esses educadores buscaria formas de elevar sua formação escolar, incentivando e financiando tais alternativas (CARVALHO, 2011, p. 132).

Desde sua criação, o PBA apresenta pontos desfavoráveis a sua execução como baixa adesão de grandes municípios, ausência de oferta da EJA em muitas municipalidades, dificuldades de mobilização dos jovens e adultos analfabetos, baixa articulação entre programas de alfabetização, redução das matrículas na EJA relativas ao primeiro segmento do Ensino Fundamental nas redes municipais, falta de integração nos programas sociais, e todas essas deficiências precárias marcam a história da EJA no Brasil.

Fator também preocupante, no que se refere à manutenção de cursos restritos à alfabetização de jovens e adultos, que perduram no Brasil, pode ser constatado por meio da investigação realizada pelo IBGE et al. (2009) que buscou complementar indicadores geralmente pesquisados e acrescentar informações sobre a demanda na EJA: em 2007, apenas 6 de cada 100 pessoas egressas desses cursos ingressam em cursos de EJA equivalentes às séries iniciais do ensino fundamental (CARVALHO, 2011, p. 134-135).

O que se percebe é que o PBA nas versões anteriores não possibilitou a continuidade dos estudos, o que compromete a aprendizagem inicial pelo programa, além de não contribuir com o público jovem e adulto prosseguir seus estudos nas séries iniciais do Ensino Fundamental, não diferenciando das experiências anteriores como o MOBREAL e o PAS. Essas iniciativas dos governos anteriores possibilitaram acesso à escolarização, mas nenhuma delas conseguiu, de fato, estender a escolaridade do público jovem e adulto com a conclusão de pelo menos a quatro anos de estudo. Assim, o PBA está lançado a mais um fracasso como plano de erradicar o analfabetismo.

Em 2005 foi implementado o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, qualificação e Ação Comunitária – Projovem, esse programa estava vinculado à Secretária Nacional de Juventude (SNJ), com objetivo de incluir Jovens de 18 a 24 anos com escolaridade superior a 4ª série que não concluíram o Ensino Fundamental e não possuíam vínculos formais de trabalho. A principal meta do Projovem é integrar o aumento da escolaridade, a formação inicial ligada à qualificação profissional e a ação comunitária, além de propiciar a inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação.

O programa inicialmente funcionava com a carga horária de cinco horas diárias durante o período de 12 meses ininterruptos, dividido em horas presenciais e não presenciais. Os educandos recebiam uma bolsa mensal de R\$ 100,00. O programa integrava a EJA com a educação profissional, nesse contexto os alunos tinham disciplinas do Ensino Fundamental, aulas de informática, aprendizado de uma profissão e atividades sociais e comunitárias de forma integrada. O financiamento era pela União e repassado para os municípios que executavam o programa, no início o Projovem funcionou nos 26 estados brasileiros e em 34 municípios das regiões metropolitanas, além da capital federal.

Em 2008 o Projovem foi reestruturado, ampliando a faixa etária do atendimento de jovens com até 29 anos e a duração do curso para 18 meses, o programa recebeu o nome de Projovem Urbano e passou a ser vinculado pela Secretaria-Geral da Presidência da República/SNJ. O Projovem Urbano integrando o programa Agente Jovem, o qual atendia adolescentes de 15 a 17 anos e o Programa Saberes da Terra que atendia jovens do campo, unificando os programas Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadã e Escola da Fábrica.

O programa Saberes da Terra ligado ao MEC/SECAD tinha o objetivo de integrar a formação do Ensino Fundamental com a qualificação social e profissional de jovens agricultores, o programa durou dois anos antes de se integrar ao Projovem Campo – Saberes da Terra. O público desse programa são jovens de comunidades quilombolas, ribeirinhas, indígenas e assentados, a metodologia utilizada integra teoria e prática nos eixos agricultura familiar e sustentabilidade, com duração de 2.400 horas, e cada estudante recebem bolsas de R\$ 1.200,00 divididas em 12 parcelas iguais. O Projovem Trabalhador foi criado em 2008 substituindo o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), e teve o intermédio da Secretária de Políticas de Emprego (SPPE). O programa contou com quatro submodalidades: Juventude Cidadã, Consórcio

Social da Juventude, Empreendedorismo e Escola da Fábrica, e atendia jovens de 18 a 29 anos de idade em situação de desemprego, sejam membros de famílias com renda mensal *per capita* de até um salário-mínimo e que estivessem em situação de dificuldade de inserção na atividade produtiva.

O curso tinha carga horária total de 350 horas/aulas, sendo distribuídas em 100 horas/aula para a qualificação social, e 250 para a qualificação profissional, distribuída em um total de 24 semanas. O principal objetivo desse programa era a criação de oportunidades de trabalho, emprego e renda para jovens, os estudantes recebiam bolsas de R\$ 100,00 desde que estivessem cursando ou tivessem concluído o Ensino Fundamental ou Ensino Médio.

2.2 ALGUNS ASPECTOS DAS POLÍTICAS DIRECIONADAS PARA EJA E OS DESAFIOS NA SUPERAÇÃO DO ANALFABETISMO

A modalidade de Ensino Educação de Jovens e adultos teve ao longo de sua trajetória diferentes definições, pois acompanhou o desenvolvimento histórico da sociedade e ganhou vários termos que foram se associando e configurando como complementação de estudo e suplementação de escolarização. A EJA recebeu formas de apresentação e definições diferentes ao longo dos anos, na trajetória histórica acompanhando os fatos sociais. Essa modalidade ficou conhecida como educação de adultos, educação popular, educação não formal e educação comunitária.

Em todas as definições são percebidas a hegemonia do Estado atuando de forma marcante nas contradições sociais e políticas públicas, ao que perpassam pela trajetória do próprio desenvolvimento da educação e vem se institucionalizado desde catequizações indígenas até os dias atuais, sendo observada de modo fragmentada, faltando a integração entre as políticas, inserção profissional e melhoria de renda das famílias.

O modelo que o país vem seguindo ao longo da história com campanhas emergenciais e iniciativas de curto prazo, recorrendo muitas vezes à mão de obra voluntária e recursos humanos não especializados, vem gerando um novo perfil dos alunos da EJA e apresentando novos desafios para essa modalidade, que sempre foi carente de recursos. Os estudantes da modalidade EJA não são mais em sua maioria os que nunca frequentaram a escola, o que vem chamando a atenção, são aqueles que de alguma forma frequentaram os bancos das escolas e não obtiveram a aprendizagem suficiente, e retornam às instituições na tentativa de conclusão.

As escolas brasileiras vêm superando o caráter elitista que caracterizava as políticas voltadas para educação ao longo da história, quando apenas poucos privilegiados tinham o acesso aos estudos quando havia carência de vagas. Atualmente, a oferta de vagas no ensino público ampliou, e a escola passou a ser de fato um espaço democrático como previsto na Constituição. Contudo, as condições do ensino que estão sendo ofertadas nas instituições públicas são de caráter duvidoso. Muitas crianças e adolescentes estão passando pela escola e não estão conseguindo lograr uma aprendizagem significativa. O resultado disso é o abandono aos estudos, nascendo, assim, um novo modelo de exclusão educacional.

Essa nova modalidade de exclusão educacional que acompanhou a ampliação do ensino público acabou produzindo um elevado contingente de jovens e adultos que, apesar de terem passado pelo sistema de ensino, nele realizaram aprendizagens insuficientes para utilizar com autonomia os conhecimentos adquiridos em seu dia a dia. O resultado desse processo é que, no conjunto da população, assiste-se á gradativa substituição dos analfabetos absolutos por um numeroso grupo de jovens e adultos cujo domínio precário da leitura, da escrita e do cálculo vem sendo tipificado como analfabetismo funcional (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 126).

Quando se associa ao índice de pobreza e às restrições ao acesso à educação ao longo da história brasileira, fica evidenciada a proporção simétrica das exclusões educacionais, mesmo que o percentual de analfabetos absolutos no conjunto da população venha diminuindo.

Em 1996, entretanto, quase um terço da população com mais de 14 anos não havia concluído sequer quatro anos de estudos e aqueles que não haviam completado o ensino obrigatório de oito anos representava mais de dois terços da população nessa faixa etária (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 126).

Para uma escolarização bem-sucedida, são necessários, pelo menos, quatro anos de escolarização para que o cidadão consiga adquirir habilidade e competências cognitivas que caracterizam um sujeito plenamente alfabetizado para corresponder as determinações contemporâneas. Diante dessas exigências para a população jovem e adulta, os números de analfabetos funcionais ficam ainda maiores, contudo, essa não é a causa matriz para o insucesso nas conquistas sociais para que esse público seja reconhecido com dignidade.

A inversão dessa mesma equação nos leva a crer ser improvável a elevação da escolaridade da população sem a simultânea ampliação de oportunidades de trabalho,

transformação do perfil da distribuição de renda e de participação política da maioria dos brasileiros (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 126).

É importante que o trabalho que seja desenvolvido para a EJA contemple em sua proposta curricular a integração ao trabalho, viabilizando assim a oportunidade de formação continuada para o longo da vida profissional do aprendiz, visando superar o analfabetismo e elevar a escolaridade desse público.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa demonstra sua relevância ao estudarmos como os jovens vêm traçando o seu percurso enquanto alunos na modalidade EJA, de modo que fosse possível compreendermos como é realizada a reinserção escolar dos jovens no contexto da escola estudada, na tentativa de resgatar um direito que lhe foi negado em algum momento da sua trajetória estudantil. Foi feito um estudo do histórico da educação de jovens e adultos no Brasil, com a finalidade de compreender como as práticas educativas aconteciam desde o período do Brasil Colônia diante das práticas missionárias, até os dias atuais por meio das garantias constitucionais.

Diante disso, observou-se durante esse estudo que os primeiros registros legais da Educação para Jovens e Adultos, ainda que de modo abrangente, foi com a Constituição brasileira de 1824 (BRASIL, 1824) sobre forte influência européia, o que levou a institucionalidade da educação primária e gratuita para todos os cidadãos, contudo, não tenha passado de uma intenção legal que não saiu das folhas escritas da Carta Magna, mas foi fonte preponderante para as demais constituições brasileiras posteriormente versarem sobre o tema.

Foi com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e com os desdobramentos nas Constituições dos Estados e dos Municípios, por meios das leis orgânicas que a Educação de Jovens e Adultos – EJA, passou a ser vista como um direito fundamental, devendo ser ofertado pelo Estado de modo público, gratuito e universal independentemente da idade. Essa garantia está presente no Artigo 208 da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), após a promulgação da lei maior, foi estabelecido um prazo de dez anos aos quais os governos e sociedade civil deveriam, durante esse período, concentrar os esforços para a erradicação do analfabetismo e a universalização do Ensino Fundamental.

Na metade dos anos 90, para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, tiveram o início três grandes programas federais: O Programa Alfabetização Solidária - PAS,

Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA e o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR, com o propósito de acolher demandas da sociedade civil com o propósito de elevação da escolaridade da população de jovens e adultos de baixa renda e escolaridade precária. Assim, percebeu-se que a Educação de Jovens e Adultos – EJA perpassou por quase todos os domínios da vida social, a escolarização como uma proposta política e tentativa de elucidação de um problema decorrente das lacunas do sistema de ensino regular.

Contudo, não foi desenvolvida uma política pública eficaz com o comprometimento de erradicar o analfabetismo como era proposto, o que foi adotado foram programas pontuais com foco na alfabetização e com poucos resultados. O fenômeno da Juvenilização na Educação de Jovens e Adultos – EJA apresentou-se neste trabalho como um campo de experiências e desafios para a escola, professores e alunos, tendo em vista um amplo amparo legal no qual vem justificando um dos motivos da procura de jovens cada vez mais jovens na EJA, uma vez que permite o ingresso de alunos a partir de 15 anos de idade nessa modalidade de ensino.

Com efeito, supracitadas premissas fazem emergir novos desafios para a escola, pois as classes de ensino passam a receber grupos específicos de adolescentes apresentando diálogo, comportamento, vestimentas, objetivos próprios dessa fase etária em que se encontram, e acabam gerando conflitos entre os estudantes adultos e professores. Isso porque os adolescentes se utilizam dessas características próprias para se autoafirmarem enquanto grupo, e os alunos mais adultos não aceitam tais atitudes e comportamentos, precisando assim de uma mediação de conflitos, uma vez que estes fatores requerem compreensão do contexto dos jovens e dos adultos para uma nova construção de aprendizagem no mesmo contexto escolar.

Para entender melhor o contexto da Juvenilização na cidade de Fortaleza, foi feita a escolha da escola municipal José Ramos Torres de Melo, onde se entrevistou 56 alunos divididos nas turmas EJA III, EJA IV e EJA V por meio de uma pesquisa de caráter qualitativo, onde foi desenvolvido um estudo de caso com base na análise de conteúdo de entrevista semiestruturada por meio de questionário e da observação participante da pesquisadora.

Apresentou-se ao longo da pesquisa a diferença entre adolescentes e juventudes, sendo de grande relevância para a pesquisa, a fim de estabelecer o conceito do público pesquisado que foram os jovens de 15 a 29 anos de idade. A análise e discussão dos dados desta pesquisa buscaram a todo momento respeitar a fala e os registros dos entrevistados,

assim como, diante da catalogação e das leituras dos registros dos entrevistados, a ética foi a principal aliada para fortalecer a credibilidade, reflexão e análise do instrumento coletado ao longo da pesquisa, uma vez que este material apresenta um caráter científico.

Foram entrevistados 57 alunos da EJA da escola municipal José Ramos Torres de Melo, equivalente a 51,35% dos alunos matriculados no turno da EJA, levando em consideração que a EJA tem um número considerado de alunos que são matriculados, e que vão desistindo ao longo do tempo, essa quantidade de alunos é bastante significativa para a pesquisa.

Dos 36 alunos entrevistados na faixa etária de 15 a 29 anos, 14 eram meninas e 22 meninos, representando um total de 39% de meninas e 61% de meninos que frequentam o turno da noite. Percebe-se, no entanto, que se trata de uma escola que tem uma considerável quantidade de jovens adolescentes do sexo masculino, esses alunos em sua maioria não ficaram muito tempo sem estudar, pelo menos 14 alunos desse universo pesquisado, nem sequer deixaram de estudar, o que equivale a 39% dos entrevistados, foram simplesmente transferidos do ensino regular para modalidade EJA.

Percebe-se que o fenômeno da juvenilização nessa escola traz o peso da exclusão desses alunos nos turnos diurnos, quando lhes são negado acesso ao Ensino Fundamental II. No entanto, é notório que uma quantidade razoável desses alunos jovens - adolescentes entrevistados, não desistiram ou abandonaram a escola de origem, apenas foram matriculados na modalidade de EJA pela opção da escola, por não oferecer o que esses jovens necessitavam.

Ao longo da entrevista verificou-se uma mudança no perfil dos alunos da EJA, antes os alunos optavam por esta modalidade, pois tinham parado há muito tempo de estudar, era mais velhos e o objetivo maior era terminar o Ensino Fundamental e Médio com vistas a um melhor emprego ou a uma promoção no seu estabelecimento, contudo, houve mudança considerável, e esses alunos jovens adolescentes optaram pela EJA cada vez mais cedo, pois objetivaram avançar rápido no processo escolar. Nesse sentido, diante das respostas dos discentes, compreende-se que a EJA é um espaço de reinserção escolar para aprendizes com defasagem série/idade, posto que, na escola José Ramos Torres de Melo apenas dois alunos relataram que precisaram ir para o turno noturno por motivos de trabalho, e a maioria foi por exclusão do sistema regular de ensino.

Essa constatação aponta para a necessidade de assumir a EJA como oportunidade concreta para os jovens em seus currículos, a formação de um ser humano que seja cidadão presente em questões de vida prática voltados para o conhecimento de mundo,

de modo que esses jovens saibam se relacionar com assuntos voltados ao lar, ao trabalho, escola e a comunidade. Uma das alternativas encontradas para essa problemática foi o projeto piloto desenvolvido pela Prefeitura de Fortaleza, denominado de EJA Diurno, o qual tem por objetivo atender jovens de 15 a 17 anos, oferecendo a oportunidade para que os jovens experimentem formas diferentes de interação social, apropriem-se de novos conhecimentos, reelaborem suas próprias experiências e sua visão de mundo em turmas da EJA no período diurno.

Isto porque, durante a pesquisa realizada escola José Ramos Torres de Melo ficou evidenciado que a EJA precisa ser repensada na tentativa de diminuir as sequelas e ressentimentos desses jovens cada vez mais jovens que estão chegando nos turnos noturnos nessa instituição, sendo a EJA diurno uma possibilidade real para esse público que pretende terminar o estudo, sem “perder tempo” e continuar no turno de sua preferência. Assim, para que esses jovens sejam sujeitos de direito, se propõe uma prática educativa que se fundamente na educação freireana, enquanto educação para a liberdade, tornando-os capazes de elaborar a sua pronúncia de mundo e para a ação dialógica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 fev. 2018.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.

BRASIL. Lei n.º 9.394 de dezembro de 1996. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional n.º 9394/96**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19394.htm. Acesso em: 06 mar. 2018.

CARVALHO, Marcelo Pagliosa. As políticas para a educação de jovens e adultos nos governos Lula (2003-2010). *In*: Anpae – Associação Nacional de Política e Administração da Educação. **III Congresso Ibero Americano de Política e Administração da Educação**. Zaragoza/Espanha, 2012, p. 01-15.

CARVALHO, Marcelo Pagliosa. **As políticas para a Educação de Jovens e Adultos nos governos Lula (2003-2010)**: incongruências do financiamento insuficiente. 2011. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Acesso em: 14 mar. 2018.

CARVALHO, Roseli Vaz. A juvenilização da EJA: quais práticas pedagógicas? *In*: **32ª. Reunião Anual da ANPEd**. 2009, Caxambu/MG: POSTERES. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/posteres/GT18-5569--Res.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.

FERRARI, Shirley Costa; AMARAL, Suely. O aluno de EJA: jovem ou adolescente? **Alfabetização Solidária**, São Paulo, v. 5, n. 5, p. 7-14, 2005.

FERRARO, A. R.; KREIDLOW, D. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 29, n. 2, p. 179-200.

FORTALEZA, Secretaria Municipal da Educação - SME, Prefeitura Municipal de Fortaleza. Plano Municipal da Educação de Fortaleza (2015 – 2025).

FORTALEZA. Secretaria Municipal da Educação – SME, COPLAN – Coordenação de Planejamento, Prefeitura Municipal de Fortaleza. **Dados das tabelas etárias das turmas de EJA por nível e gênero de 2015, 2016 e 2017**. Fortaleza, março, 2018.

FORTALEZA. Secretaria Municipal da Educação – SME, COEF – Coordenadoria de Ensino Fundamental, Prefeitura Municipal de Fortaleza. **Dados das tabelas do segundo segmento da EJA Diurno, Cargas horárias semanais dos Componentes Curriculares e as Cargas horárias semanais e anuais da EJA Diurno**. Fortaleza, março, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

HADDAD, Sergio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. *In*: **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, maio-ago., p. 108-130, 2000.

PLANFOR. **Revista da Rede de Estudos do Trabalho**, v. 3, n. 4, 2009. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/RevistaRET04.htm>. Acesso em: 16 mar. 2018.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve história sobre a educação de Jovens e

Adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 38, p. 49-59, jun./2010.